



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 1º DE JUNHO DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

EMENDA MODIFICATIVA

Inclua-se no art. 9º a seguinte alteração ao art. 1º da Lei nº 13.999, de 2020:

“Art. 1º.

§ 1º. O público alvo do PRONAMPE são as empresas do segmento MEIMPE – Microempreendedor Individual, Microempresas e Empresas de Pequeno porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º. Poderão ser beneficiadas pelo PRONAMPE as organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, as fundações de direito privado e as associações civis sem fins lucrativos.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia do coronavírus já atingiu patamares assustadores em número de infecções e de mortes causadas pelo Covid-19. No Brasil, cresce o número de infectados, de modo que medidas urgentes são necessárias para a contenção da pandemia e para minimizar seus terríveis efeitos sobre a economia nacional.

Diante da emergência de saúde pública internacional, e segundo o Decreto Legislativo nº 6/2020, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020”, o Governo Federal deve tomar medidas urgentes que abranjam sobretudo as entidades mais próximas dos cidadãos carentes, como é o caso das associações, fundações e organizações religiosas, pois a manutenção das atividades desenvolvidas por elas contribuirá para a maior eficácia do enfrentamento da pandemia.



SF/20381.09475-03

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



Ao contrário, a ruína financeira de tais entidades deixará os cidadãos ainda mais desamparados num período em que todo o esforço deve ser feito para se evitar o avanço da doença entre os brasileiros. Note-se que as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos são mantidas, em grande número, com recursos obtidos por meio de doações da comunidade que, diante da crise, perde significativamente a sua capacidade de doar. Há que se destacar que o terceiro setor no Brasil emprega cerca de 2 milhões de pessoas, segundo dados do Observatório do Terceiro Setor, e as dificuldades de arcar com a folha de pagamentos é uma realidade, mesmo em momentos menos duros para a economia brasileira.

Além disso, ressaltamos o princípio da isonomia em relação ao cenário que todos os empregadores estão vivenciando. O benefício será destinado ao atendimento de quem contrata de forma lícita, mão-de-obra que faz a circulação do dinheiro e a geração de riquezas. Estas Instituições têm uma presença e capilaridade em todos os municípios do Brasil e esses empregos são fundamentais na prestação de serviços essenciais, como educação, saúde e assistência social, e além da renda das famílias, contribui com o desenvolvimento econômico dessas cidades.

Segundo dados da Pesquisa IBGE “As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil : 2016”, publicada em 2019, as 237 mil entidades então existentes no Brasil, FASFIL empregaram um contingente de **2,3 milhões de pessoas** ocupadas assalariadas, dos quais 58,2% do total, foram empregados em instituições localizadas na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, que reuniu 809 mil desses trabalhadores (35,6%).

Nesse sentido, é preciso que entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de suporte aos cidadãos tenham como se manter financeiramente durante esse período difícil que o País está enfrentando. Por isso, entendo como providência importante e inadiável a inclusão das associações, fundações e organizações religiosas, que são organizações da sociedade civil entre os beneficiários do PRONAMPE, a fim de socorrer entidades tão cruciais para o bem-estar dos brasileiros durante o período de calamidade pública

Por isso, na certeza de proteger os brasileiros que mais necessitam, peço a aprovação da presente emenda para que as entidades sem fins lucrativos tenham um fôlego para a sua sobrevivência financeira, bem como possibilite a continuidade das suas atividades assistenciais aos cidadãos, através do acesso ao PRONAMPE.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM



SF/20381.09475-03